

DISCURSO CIENTÍFICO E LEGITIMAÇÃO POLÍTICA: HANSENÍASE E ISOLAMENTO COMPULSÓRIO (BRASIL, SÉCULO XX)

Ivan Ducatti*

A erradicação de endemias e epidemias realiza-se por intermédio de políticas sociais, aplicando-se técnicas cientificamente produzidas pela humanidade. A hanseníase ainda é uma doença endêmica no Brasil, apesar de sua cura ser, do ponto de vista do tratamento medicamentoso, relativamente simples, mesmo sem haver ainda uma vacina. De acordo com um folheto educativo recente, assinado, entre tantos, pelo SUS (Sistema Único de Saúde) e pela Prefeitura de São Paulo, a hanseníase tem cura:

a) “atualmente, existem medicamentos que curam a hanseníase”; b) “quanto mais cedo for iniciado o tratamento, mais rápida será a cura”; c) “assim que o tratamento for iniciado, a pessoa deixa de transmitir a doença”; d) “o tratamento é gratuito e fornecido nos postos de saúde.”

O processo para eliminar tal moléstia tem sido feito, no presente, via campanhas de prevenção e respectivo tratamento em postos de saúde públicos. Olhando para nossa história, verifica-se que essa endemia, outrora chamada de lepra, poderia ter deixado de existir entre nós há muito, como já ocorreu na maioria dos países do mundo, e que só se perpetuou até nossos dias por falta da adoção um processo profilático adequado, não repressivo, mas educativo, associado a técnicas e avanços medicinais. Atualmente, o Governo Federal, por intermédio de uma Medida Provisória assinada em maio de 2007, concede pensão especial de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) aos ex-hansenianos isolados e internados compulsoriamente em colônias segregacionistas em todo o território nacional.

A partir das décadas de 1930 e, principalmente, 1940, o tratamento medicamentoso já era possível, sem a necessidade de isolar/apartar pessoas do convívio social e familiar. No entanto, o isolamento compulsório ocorreu, sob tutela do Estado, em especial durante o Estado Novo. Não podemos esquecer que a década de 1930 era marcada por “uma grande receptividade às idéias autoritárias, intensamente difundidas através de livros a

respeito do fascismo italiano”.¹

O isolamento compulsório, a partir da década de 1930, pode ser explicado pelos discursos científico-ideológicos, pelo estigma psicologizante da hanseníase, pela dificuldade técnica de se chegar a uma vacina, pelos problemas sanitários e de urbanismo, pela necessidade do controle social pelo Estado, etc., possibilidades que não são excludentes entre si. Ao contrário, constituem uma série de determinações que se articulam em torno da necessidade de organização da sociedade, cujas bases ganhavam novos contornos a partir das mudanças estruturais da economia brasileira em face de uma crescente industrialização. Estas determinações constituem uma complexa teia construída por aspectos de natureza econômica, política, social e cultural.

A implantação do isolamento compulsório do/a portador/a de hanseníase, com reservas do próprio Hansen², era a condição científica possível até a década de 1930, bem como a política que o Estado e o serviço público puderam sustentar, naquele momento histórico. Para a eliminação da hanseníase e outras epidemias (já extintas nos países capitalistas centrais), seria necessária a criação, em nível nacional, da melhoria das estruturas sociais, como saneamento público, educação, saúde coletiva e alimentação. Essa estrutura demandaria inversões sociais que o poder econômico não desejou realizar por dois fatores diretamente articulados: o processo de acumulação capitalista no Brasil não era suficiente para uma empreitada de tal vulto e os movimentos democráticos e sociais não haviam atingido condições políticas que pudessem exigir e pressionar por melhoras substanciais.

Chagas reconhecia a gravidade da profilaxia da hanseníase. Reclamava, contudo, num momento em que a existência de leprosários ainda era relativamente necessária, da falta de colônias de isolamento e apontava para a criação de mais:

É claro que não poderíamos deixar no abandono esse problema relevante de hygiene pública. É assim em á syphilis cuja prophylaxia fora consideravelmente facilitada pelos methodos therapeuticos modernos, rapidamente esterelizantes, capazes de eliminar, em curto prazo, a condição contagiante dos infectados.³

A sustentação do isolamento não era questão unânime, do ponto de vista científico, se considerarmos que a quimioterapia só fora possível a partir da década de 1930. Adolpho Lutz, em palestra proferida em 1932, na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, sobre a transmissão e profilaxia da hanseníase, afirmava que havia interferência de animais sugadores de sangue na transmissão da hanseníase, como certos insetos, que eram muito mais abundantes em países tropicais e quentes. Lutz não trabalhava, ainda, com a hipótese de ser um bacilo o causador da doença (*Mycobacterium leprae*), no entanto, dizia que não havia a necessidade de isolamento:

Fora da Europa, o número de focos é enorme. Geralmente, procura-se fazer o isolamento, mas esta medida é sempre muito imperfeita e nunca se tem conseguido a extinção de focos pelos métodos empregados. A razão é bastante clara. Pelo que acabamos de expor, a lepra entra claramente na grande classe de doenças infecciosas, porém não contagiosas, que são transmitidas por animais geralmente sugadores de sangue, os quais, numa dada região, podem ser abundantes, ou raros, quando não faltam completamente. Todos conhecem os exemplos da febre amarela e da malária.⁴

Admitido o papel dos mosquitos como transmissores de lepra, compreende-se logo por que o isolamento dos leprosos não podia dar resultado. Fechavam-se as portas sobre os doentes, mas deixavam-se as janelas abertas para os mosquitos entrarem e saírem. Assim, ficam igualmente explicados alguns casos muito bem averiguados que aparecerem na vizinhança dos leprosários.

Milenar. Bíblica. A Hanseníase tem história longa. Ou, como se refere na historiografia francesa, tem longa duração. É uma doença que somente no século XX pôde ser desvendada, analisada e relativamente bem controlada. Qual a importância de periodizarmos tão longamente sua história? As doenças têm longa duração, seus ciclos são mais lentos que as ações humanas. Vovelle destaca a importância de considerar a longa duração na análise histórica:

[...] As histórias não-humanas – entendamos as de fatos físicos, de ordem biológicas, de ordem biológica ou geológica – são uma das grandes conquistas de um período recente, ainda que se possam encontrar precedentes para ela, como as histórias das doenças, em seu aparecimento, sua regressão e sua eliminação, suas mutações, mas também suas relações no seio de um ecossistema, que é um desses ramos em via de constituição. (...) Com essa história, outro tempo se instala, e não é o tempo dos homens; não que estes não tenham nenhuma influência sobre essas condições físicas ou biológicas que têm de enfrentar: a partir da Revolução de Pasteur, a eco-história das doenças fica em boa parte sob seu controle. Mas ritmos se delineiam, específicos, escapando no essencial ao tempo humano que contribuem, não obstante, a modelar.⁵

O preconceito e o estigma da Hanseníase ainda sobrevivem, mesmo que ações humanas para a erradicação da doença, no século XX, tenham ganhado uma velocidade surpreendente, se comparadas com séculos de profilaxia de isolamento. As tecnologias médico-farmacêuticas, impulsionadas por avanços somente possíveis na era do capital, parecem apontar para a redução da história da Hanseníase. No entanto, ciência e tecnologia não existem sem políticas públicas. Nas palavras de Bernal:

*An integral part of any reorganization of science would be the provision of a satisfactory system of finance. It is, however, far more difficult to discuss such a system than the administration of science, because the finance of science is not something lying within the scope of science itself but depends even more on the economic structure of the society in which it is working.*⁶

A história oferece algumas possíveis explicações para o fato de que o poder político (não estamos circunscrivendo tal noção apenas às esferas fundamentais da formação do Estado moderno – executivo, legislativo e judiciário –, mas procurando considerar que uma determinada política adotada, que se expressa no plano institucional do Estado, representa interesses sociais e econômicos de diversas camadas e classes sociais) não precisaria, necessariamente, lançar mão do isolamento compulsório, apesar dos limites sociais e econômicos. O poder político teria condições de garantir aos hansenianos uma vida menos estigmatizada pelos preconceitos, sem os tolher da vida social de forma abrupta e violenta, não considerando os diversos graus da doença e à revelia da vontade da pessoa doente.

Os lazaretos não são instituições surgidas recentemente, são várias vezes centenárias. Historicamente, cumpriam a função de isolar o hanseniano para que este não contaminasse qualquer ambiente social

Como resultado de uma política pública para o combate da hanseníase, o isolamento em leprosários, no Brasil, teve a sua própria dinâmica. Dentro dessa dinâmica, quais são as bases teóricas e políticas para o isolamento compulsório?

Yara Nogueira Monteiro analisou o problema do isolamento compulsório dos hansenianos no Brasil, mais especificamente em São Paulo, dentro da perspectiva histórica, priorizando a questão do estigma, produzindo um dos trabalhos históricos sobre hanseníase de maior relevância.⁷ Inicia sua tese retroagindo aos tempos bíblicos para compreender a herança estigmatizante dessa doença; historia o auge e o declínio do argumento da punição divina como posição sustentada pela religiosidade do mundo judaico-cristão. Esse processo, que remonta à Antiguidade clássica, visa a mostrar que a doença fora instalada no Brasil via colonizador europeu, em especial o português. O foco geográfico sobre São Paulo tem um motivo especial: os leprosários tiveram maiores êxitos nesse estado. São resgatadas as histórias dos primeiros hospitais de isolamento, bem como a questão da interiorização da endemia por intermédio da lavoura de café. Minuciosamente, são descritos os primeiros estabelecimentos asilares, com atenção para os hospitais da capital. Também é abordada a situação da hanseníase no interior do Estado.

O isolamento foi uma prática exercida por Gerhard Armauer Hansen, que originou o chamado “Modelo Norueguês” de tratamento, em que se isolavam somente as pessoas em estágios avançados da doença, numa perspectiva não segregacionista e mais humana durante esse processo de profilaxia. Porém, segundo Pandya, é exagerado dizer que Hansen pesquisador que tendia ao humanitário ou harmônico.

Gerhard Armauer Hansen (1841-1912) of Bergen, the most famous Norwegian leprologist of the day, was his country's Chief Leprosy Officer from 1875 till his death.

*His high scientific stature was due to his discovery of the bacillus as early as 1873. However, it was his stewardship of Norway's apparently highly effective leprosy control policy based on leper segregation, which earned his views worldwide attention and respect. The crux of the Norwegian strategy was the "mixed segregation law" enacted in 1885, applicable to all lepers, and envisaging domestic prophylactic measures as well as compulsory institutionalisation evaluated on a case-by-case basis (Vogelsang, 1978, pp. 295-7). The act compelled a sufferer to remove himself/herself into an asylum if health inspectors found that he/she was negligent in following the prescribed domestic sanitary measures such as using separate rooms, beds, bedding, clothing, and eating utensils. As a consequence of the enactment, the number of lepers forced to enter asylums increased over the years, though at no time in the nineteenth century were all sufferers institutionalised.*⁸

Ao se estudar a história da hanseníase na Noruega, verifica-se que o declínio da endemia foi resultante de um outro tipo de atuação profilática, baseada na adoção de medidas educativas e na internação voluntária do doente, um modelo diametralmente oposto ao “Norueguês”.

As medidas educativas, que incluíam higiene pessoal, separação de talheres, roupas de cama e, se possível, um quarto separado para o doente demonstram declínio da hanseníase na Noruega no período de 1855-1885. Vale destacar que essas medidas profiláticas foram resultados de “Comitês de Saúde” daquele país, mas distorcidas como isolamento compulsório aqui no Brasil. No entanto, tal prática não fora suficiente para o tratamento da doença e sua erradicação. Novas formas profiláticas surgiram, com características humanitárias, por renomados hansenólogos (Abraão Rotberg, Oscar da Silva Araújo, Lauro de Souza Lima, Ribeiro de Almeida, Diltor Opromolla – pesquisador no ISLS, Instituto Lauro de Souza Lima, Bauru, SP – e Eduardo Rabello), que desaconselhavam o isolamento, dentro da perspectiva denominada “Nova Postura”. Assim, a ação profilática deixava ser a instituição asilar, em seu lugar surgia o dispensário, local onde o doente se tratava sem perder o contato social. Congressos sobre a profilaxia da hanseníase tinham suas discussões em níveis internacionais. Na década de 1930, ainda antes do uso da sulfona, as leprosarias deveriam ser reservadas apenas para os casos adiantados e que apresentassem possibilidade de cura.⁹

No Brasil, o isolamento compulsório dos doentes seguiu orientação de uma elite técnica, sobressaindo os médicos, entre jornalistas, juristas, arquitetos, etc. Monteiro nos informa que havia duas correntes dessa elite, que ela denomina humanitários e isolacionistas. Os humanitários “se caracterizavam pela proximidade com o doente e com a problemática da doença, por recomendarem medidas brandas de isolamento e por indicarem o isolamento domiciliar”.¹⁰

Entre os humanistas, destacam-se: Emílio Ribas, José de Macedo Soares, Eduardo Rabello, Carlos Chagas, Otávio Félix Pedroso, Oscar Silva Araújo, José Vieira Filho e José Maria Gomes.

A proposta dos isolacionistas, na década de 1920, ganha corpo e sua implantação ocorre dentro de um espírito militar, “adotando termos como armas, luta, brigadas, armada, defesa, campanha, soldados, fortaleza, etc”.¹¹

O problema de saúde pública era tratado dentro da mentalidade de defesa militar, cujo subtexto poderia ser lido como “inimigos à vista”, não levando em consideração as noções de Medicina Social da Europa.

Nesse sentido, ao salientarmos o fato de ter havido adoção repressiva aos/às portadores/as de hanseníase (pois o isolamento não era um processo que envolvia a decisão e aceitação do indivíduo, mas compulsório, por meio de operação tipo policial, realizada por agentes de saúde em grande aparato estatal, ao resgatar o doente de sua vida privada para um lazareto), especialmente a partir da década de 1930, nossa intenção é demonstrar que o momento autoritário em que o nazi-fascismo, internacionalmente, ganhava contornos políticos na gestão do capital internacional, com suas nuances regionais (a Era Vargas é a versão brasileira), era favorável para lançar mão das práticas segregacionistas para os/as portadores/as, considerados imperfeitos para a sustentação da força de trabalho social. A eugenia sustentava a melhora da raça via discurso que ganhava *status* de científico. Neste momento de nossos estudos, não é possível afirmar que o isolamento era, em si, uma prática eugênica. Não é possível, pois, fazer essa ligação direta, mas o isolamento atendia bem aos propósitos, conscientes ou não, de não macular a classe trabalhadora ainda saudável, passível de disciplina pelo capital (não seria esse o papel do IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho – criado em 1931?). O caldo cultural desse momento permitia a eugenia, que preconizava abertamente a idéia de uma raça branca superior às demais. No Brasil, esse caldo cultural permitia o racismo de Oliveira Vianna, que foi ministro de Vargas. Não existe ciência neutra e apolítica. Os isolacionistas não eram neutros e muito menos apolíticos. As discussões sobre ética e política, hoje em dia, e o surgimento da bioética nos anos 1970 mostram que a ciência, definitivamente, não é uma instituição que seja capaz de existir apesar das manifestações sociais humanas.

Deixemos agora o território particular da hanseníase para adentrarmos no universal da ciência. Caso contrário, não poderíamos responder satisfatoriamente se o isolamento compulsório responde a um real debate científico ou se o mesmo não passa de um traço mais agudo de um cientificismo. Por isso, gostaríamos de nos debruçar sobre o papel da ciência enquanto instituição autônoma. Quando refletimos sobre a relação entre corrente produtiva e pensamento científico, num primeiro momento, percebemos que o pensamen-

to científico não existe de forma autônoma, isolado e neutro. Nesse sentido, é possível questionar a neutralidade científica e a produção de conhecimento independente de uma relação social, independente de uma totalidade.

Hobsbawm nos proporciona base para tais afirmações quando diz que

Os processos do intelecto não são autônomos. Sejam quais forem a natureza das relações entre a ciência e a sociedade onde está embutida e a conjuntura histórica particular onde ocorre, essa relação existe. Os problemas que os cientistas identificam, os métodos que usam, os tipos de teorias que consideram satisfatórias em geral ou adequadas em particular, as idéias e modelos que usam para resolvê-los são os de homens e mulheres cujas vidas, mesmo no presente, não se restringem ao laboratório ou ao estudo.¹²

Iyda, em seus estudos sobre a saúde pública no Brasil, também nos fornece subsídios para pensar sobre a não autonomia do pensamento intelectual quando afirma que a presença intelectual pode ser elemento de legitimação da hegemonia do Estado ao dizer que

A presença de intelectuais, ligados às frações de classes, nesta estrutura de dominação para o exercício de funções subalternas da hegemonia e do governo político, assinalada por diversos autores, está relacionada à importância de seu saber para a reprodução e continuidade da sociedade e pela necessidade de utilização de outros mecanismos, que não a violência física, na busca de uma legitimidade. Legitimidade esta que possibilita à burocracia a capacidade de obtenção e controle dos recursos, ou seja, contratar força de trabalho, fornecer serviços, adquirir e distribuir bens e elevar sua capacidade operativa, necessários a sua própria existência no aparelho estatal.¹³

Podemos identificar esses argumentos noutros pensadores da filosofia da ciência, como Mészáros, quando este diz que

[...] a idéia de que a ciência segue um curso de desenvolvimento independente, de que as explicações tecnológicas nascem e se impõem sobre a sociedade com uma exigência férrea, é uma simplificação demasiadamente grosseira e com objetivos ideológicos.¹⁴

Tal afirmação vai ao encontro daquilo que um autor como Einstein tinha como um temor, que significava nada menos do que a apropriação da ciência pelo poder econômico.

No momento atual, em que situação do corpo social da humanidade se encontra o homem da ciência? Em certa medida, pode felicitar-se de que o trabalho de seus contemporâneos tenha radicalmente modificado, ainda que de modo muito indireto, a vida econômica por ter eliminado quase inteiramente o trabalho muscular. Mas sente-se também desanimado, já que os resultados de suas pesquisas provocaram terrível ameaça para a humanidade. Porque esses resultados foram apropriados pelos representantes do poder político, estes homens moralmente cegos.¹⁵

Assim, a ciência pode se tornar também legitimadora de interesses ideológicos da classe burguesa, uma vez que esta consegue multiplicar seus quadros pensantes e impor, em vários domínios e instâncias da sociedade, seu pensamento. Essa é a mais eficaz das

maneiras pelas quais os compromissos de valor são apresentados com a pretensão de neutralidade e incontestável objetividade, o apelo à autoridade da ciência, em cujo nome a adoção de certas medidas e cursos de ação é recomendada.

A matriz do Neopositivismo, o próprio Positivismo Clássico, apresenta, em sua doutrina de neutralidade axiológica do saber, que essa concepção de pensamento se fundamenta em um sistema coerente e operacional, estruturada da seguinte forma:

1) a sociedade é regida por leis naturais, não dependem da ação e vontade humanas; 2) assimilada epistemologicamente pelas ciências da natureza, a sociedade pode ser estudada por seus métodos (*démarches*); 3) as ciências da natureza e da sociedade devem limitar-se à observação e explicação causal dos fenômenos (de forma neutra, objetiva e livre de julgamentos de valor ou ideologias). Disso resulta uma ciência natural da sociedade ou de uma “matemática social”.¹⁶

Vale acrescentar, acerca do Neopositivismo na América Latina:

E no mundo fora da democracia ocidental e do socialismo, a ciência significava poder e progresso em um sentido menos metafórico. Significava a ideologia da modernização, imposta às atrasadas e supersticiosas massas rurais pelos científicos, elites políticas esclarecidas de oligarcas inspirados pelo positivismo – como no Brasil da República Velha e no México de Porfirio Díaz. Significava o segredo da tecnologia ocidental. Significava o darwinismo social que legitimava os multimilionários americanos.¹⁷

O pensamento científico, predominantemente matizado pelo método neopositivista, mantém laços estreitos e mútuos com o poder econômico, e sua neutralidade, ainda que bradada e apregoada como sinônimo de pura ciência, sem as indevidas distorções subjetivistas, responde, produtiva e apologeticamente, aos interesses políticos e econômicos dominantes. Isso não significa que a busca incansável de uma ciência autônoma não ocorra, em todas as áreas, ao colocar em questionamento uma série de paradigmas. Ao mesmo tempo, a ciência não se pretende uma instituição de mera contemplação. A maioria esmagadora dos cientistas, possivelmente, luta por uma humanidade menos dependente do trabalho pesado do cotidiano, pela melhoria da saúde individual e coletiva, sempre por meio de inovações tecnológicas. Porém, não se trata de basearmos nossa hipótese da dependência do trabalho científico sobre opiniões pessoais de cada pesquisador, e, sim, de como o conjunto dessa produção intelectual é ela mesma apropriada pelo poder econômico e produtivo:

The great controversies of the nineteenth century, such as that of evolution, were fought out in the field of ideas. Scientists claimed no part in the direction of State of Industry. They were concerned with pure knowledge. It was a satisfactory arrangement to both parties. The industrialists made use of the work of the scientists, and generally paid them for it, though not much; the scientists had the satisfaction of knowing that they were living in an age of indefinite progress to which their labours, in a manner which

*it was unnecessary to examine, were contributing the largest share. At the time when science should have been most obviously connected with the development of the machine age, arose the idea of pure science: of the scientist's responsibility being limited to carrying out his own work, and leaving the results to an ideal economic system, ideal because natural and open to the free play of economic forces. This is the attitude which lies still at the back of many scientist's and laymen's ideas of science, little though it fits the state of the present-day world.*¹⁸

Além da questionada autonomia da ciência, consideramos necessário destacar que a ideologia tampouco tem deixado de se passar como pensamento científico, como forma justificadora de ações políticas. Para ficarmos em um só exemplo, refletimos sobre as campanhas sanitaristas, que compõem o processo de nosso objeto. O início do século XX, no Brasil, foi notadamente marcado pelas políticas sanitaristas. Como pano de fundo ideológico, a pseudociência do eugenismo encontrou aqui fortes ecos. Notadamente, no plano da saúde pública não crítica, observa-se o predomínio do biológico sobre o social. De fundo racista, o discurso eugênico contaminou o processo de prevenção da hanseníase.

As teorias eugênicas não passavam de um constructo de aspecto aparentemente científico, sendo um instrumento ideológico, pois serviam como propaganda de ações de legitimação política, a favor de governos de orientação fascista. Não concordamos com o argumento de que tais teorias sejam portadoras de um novo paradigma de difícil assimilação, pelo seu próprio caráter inovador, a cuja estrutura se oporiam, como sustenta Kuhn, em relação às crises das teorias científicas, meros defensores de antigos paradigmas face ao aspecto “da incomensurabilidade dos paradigmas em competição”.¹⁹

O Brasil foi o primeiro país sul-americano a ter um movimento eugenista organizado, a partir da criação da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918).

O movimento eugênico brasileiro é bastante heterogêneo, mas vale destacar sua atuação junto à saúde pública e o saneamento, bem como à psiquiatria e “higiene mental” ao longo das décadas de 1920 e 1930, o que permite verificar algumas das principais questões nas quais a questão urbana se relaciona ao pensamento eugênico.²⁰

A eugenia, que era um programa para a aplicação, às pessoas, do cruzamento seletivo comum na agricultura e pecuária, foi muito anterior à genética. O nome data de 1883. Era, essencialmente, um movimento político, em sua esmagadora maioria composto de membros da classe média e burguesia, que pressionavam os governos para que implantassem programas de ações positivas ou negativas visando melhorar a condição genética da espécie humana.²¹

A crítica à pseudociência da eugenia pode nos mostrar que, por intermédio de discursos travestidos de uma roupagem aparentemente racional e científica, o que existe é um obscurantismo do conhecimento, manipulado para justificar ações políticas com um aval

reificado de caracteres científicos “O argumento racial [...] justificava teoricamente desde a construção de projetos políticos conservadores até a existência de hierarquias rígidas, agora cientificamente explicadas”.²²

Hobsbawm, quando discute os modelos biológicos adotados por neopositivistas para tentar explicar o mundo social, lembra:

O que tornou a eugenia “científica” foi justamente o surgimento da genética após 1900, que parecia sugerir a exclusão total das influências ambientais na hereditariedade e a determinação, por um único gene, da maioria ou de todas as características; isto é, que o cruzamento seletivo dos seres humanos segundo o processo mendeliano era possível. Seria pouco admissível argumentar que a genética cresceu devido às preocupações da eugenia, embora haja casos de cientistas que foram atraídos para a pesquisa sobre hereditariedade “como consequência de um compromisso anterior com a cultura-da-raça”.²³

O eugenismo, que não deixou de estar presente nas concepções de saúde pública do Brasil, pertence ao campo das teorias racistas positivistas que propõem o branqueamento da população, o que traduz um irracionalismo filosófico desenvolvido a partir do século XIX, que ganha corpo no século seguinte com as teorias arianas, tendo como pensadores Cuvier, Gobineau e Galton.

No Brasil, o eugenismo encarna-se, por exemplo, em Belisário Penna, Silvio Romero e Oliveira Vianna.

Conforme Werneck Sodré, Romero afirmava que o brasileiro padecia da fraqueza original causada pelo clima. Povo que só contempla, mas não filosofa. A solução de Romero para isso: o imigrante ariano, pois assim resolviam-se os problemas sociais brasileiros pelo branqueamento.

Também segundo Werneck Sodré, Oliveira Vianna acreditava no bom caráter do ariano, além de ter sido um racista indistigável. Era um defensor do latifúndio e elogiava a figura do estancieiro, do sul. Produziu a maior obra nazi-fascista, com teor racista do Brasil: *Populações Meridionais do Brasil*, sem qualquer apoio na realidade.²⁴

Esse eugenismo foi, como informa Stepan, uma ação política adotada na América Latina, principalmente no Brasil, México e Argentina.²⁵

Em estudo psicossocial sobre eugenia e higienismo, Boarini e Yamamoto afirmam que, em várias instâncias da vida social – educação, saúde coletiva –, é comum que as dificuldades e problemas de uma pessoa nas relações se justifiquem ao se culpabilizar o indivíduo, deslocando-se o problema, assim, do eixo social. Medicaliza-se e psicologiza-se para explanar questões de esfera social. Historicamente, pode-se constatar que, por exemplo, a “medicalização, salvo erro de generalização, é o cerne do pensamento higienista”.²⁶

As instituições brasileiras tiveram, como contribuição à sua sustentação, bases teóricas de caráter higienista e eugenista, entre o final do século XIX e o começo do XX. Tanto o higienismo como o eugenismo sustentaram-se por movimentos intelectuais de, na sua maioria, médicos, destacando-se a figura de Renato Kehl, em 1917.

Boarini e Yamamoto sustentam que a industrialização emergente requeria uma urbanização com planejamento, para garantir condições sanitárias não ameaçadoras à população, com seus surtos epidêmicos. As elites inquietavam-se com tal situação, pois o alastramento de endemias e epidemias poderia significar também desordem social para aquela camada social. As epidemias e endemias ocorriam em maior grau nos centros urbanos não porque se tratavam de problemas urbanos em si, mas, sim, devido à concentração humana, que aí é visivelmente maior que na zona rural. Não se tratava, e não se trata ainda, de atribuir total responsabilidade ao indivíduo pela sua saúde.

Em uma análise social, deve-se localizar o indivíduo em seu contexto sócio-histórico, seus espaços de convivência, seu grupo de interação, sua classe social; devem-se ampliar ao máximo as possibilidades de compreensão de um fenômeno social – em nosso caso, a saúde coletiva e suas políticas de enfrentamento às doenças – pelo qual o indivíduo interage na manutenção de sua vida, observando o processo social que um determinado modo de produção impõe ao ritmo dos seres humanos para garantir sua própria existência enquanto sujeito histórico universal. Nas palavras dos autores,

Ao considerar apressadamente que a maior incidência de doenças e mortalidade infantil ocorria na classe trabalhadora pela falta de cuidados pessoais, ou que esta situação era devida à ignorância desta população, os higienistas negavam, praticamente, a diferença de recursos necessários à preservação da saúde em decorrência da diferença entre classes sociais.²⁷

Boarini e Yamamoto consideram ainda que o modelo epistemológico da eugenia fora construído sobre alicerces das ciências naturais, cujo objetivo era revolucionar, no campo da biologia no século XX, as questões de hereditariedade. Tal modelo, que pretendia resolver questões da botânica, fora transposto ao campo das ciências sociais, cujo objetivo, no plano ideológico, era de alcançar a melhoria e a regeneração racial. Sabe-se hoje que se tratava de teorias racistas, que buscavam chancelas pseudocientíficas para sua sustentação.

Os modelos ditos científicos, para as questões sociais, da Escola Positivista, cujo pensamento ganhava enorme terreno na intelectualidade brasileira, eram advindos das ciências naturais, que não têm alcance para a compreensão dos fatos sociais, uma vez que se baseiam em pressupostos cartesianos: “nós e os outros” significa poder isolar o objeto e estudá-lo a partir da neutralidade do cientista, e não significa buscar compreender as

ações humanas, suas motivações e significação, e a finalidade de seus comportamentos e ações. As ciências naturais – tomemos a biologia, por exemplo – estudam os seres naturais, plantas e animais (estes vivem instintivamente de acordo com seu código genético), os quais não dotados de teleologia. Pertencem ao reino da necessidade, cuja luta pela vida é via adaptação (axioma darwiniano). No entanto, conforme Boarini e Yamamoto, o modelo das ciências naturais, apropriado pelas correntes científicas politicamente, favorece distorções ideológicas que, no plano social, justificam a existência de classes sociais antagônicas economicamente.²⁸

Nessa perspectiva, o encontro entre eugenia e higienismo na década de 1920 deu-se com a Liga Brasileira de Higiene Mental, que tinha como objetivo a prevenção de doenças nervosas e mentais, observando os princípios de higiene geral, cujo alvo era a prevenção do indivíduo *não doente* e não a *cura do doente* (grifos meus). O projeto eugênico espalhou-se pelos meios escolares, profissionais e sociais em geral.

A farsa do projeto eugênico mostra que, em nome da ciência, ações totalitárias de políticas de controle social podem ser implementadas com legitimação de discursos aparentemente possuídos de constructos científicos. Os cientistas sociais, lançando mão da ciência da História, têm o papel de denunciar tais farsas, ao retirar camadas nem sempre perceptíveis dos fatos.

Notas

* Mestre e doutorando em História Social pela FFLCH/USP, com Bolsa do CNPq, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Silva.

¹ GARCIA, Nelson Jarh. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política. A legitimação do Estado autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo, Loyola, 1982, p. 55.

² MONTEIRO, Yara Nogueira. *Da maldição divina à exclusão social: um estudo da hanseníase em São Paulo*. Tese de doutorado em História Social. São Paulo, USP, 1991, p. 130.

³ CHAGAS, Carlos. Conferência sobre a nova orientação do serviço sanitário brasileiro realizada na Biblioteca Nacional em 4 de fevereiro de 1921. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 4/2/1921. Disponível em www.prossiga.br/chagas.

⁴ LUTZ, Adolpho. Transmissão e profilaxia da lepra. Palestra proferida na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. *Boletim da Sociedade de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra*. São Paulo, ano IV (março), n. 36, p. 15, 1932. Disponível em www.bvlutz.coc.fiovruz.br/cgi-bin/wxis.exe/iah.

⁵ VOVELLE, Michel. “A história e a longa duração”. In: LE GOFF, Jacques. *A nova história*. 4 ed. São Paulo, Martins Fontes, 2001, p. 72.

⁶ BERNAL, John. *The social function of science*. Londres, George Routledge, 1946, p. 309.

⁷ MONTEIRO, op. cit.

- ⁸ PANDYA, Shubhada S. Primeira Conferência Internacional sobre Lepra. Berlim, 1897: a política segregacionista. *Hist. Cienc. Saúde Manguinhos*. Rio de Janeiro 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-9702003000400008&Ing=pt&nrm=iso
- ⁹ MONTEIRO, op. cit.
- ¹⁰ Ibid., p. 137.
- ¹¹ Ibid. p. 149.
- ¹² HOBSBAWM, Eric. *A era dos Impérios. 1875-1914*. 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- ¹³ IYDA, Massako. *Cem anos de Saúde Pública. A cidadania negada*. São Paulo Editora Unesp.
- ¹⁴ MÉSZAROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo, Boitempo, 2004, p. 266.
- ¹⁵ EINSTEIN, Albert. *Como vejo o mundo*. 7 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, p. 211.
- ¹⁶ LÖWY, Michel. *Ideologias e ciência social. Elementos para uma análise marxista*. 5 ed. São Paulo, Cortez, 1989.
- ¹⁷ HOBSBAWM, op. cit., p. 365.
- ¹⁸ BERNAL, op. cit., p. 29.
- ¹⁹ KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 6 ed. São Paulo, Perspectiva, 2001, p. 190.
- ²⁰ VIRGÍLIO DA SILVA, Marcos. Detritos da civilização e as cidades no Brasil. In: *Textos Especiais*. Disponível em www.vitruvius.com.br
- ²¹ HOBSBAWM, op. cit.
- ²² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 2002, p. 241.
- ²³ HOBSBAWM, op. cit., p. 367.
- ²⁴ WERNECK SODRÉ, Nelson. *A ideologia do colonialismo. Seus reflexos no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Iseb, 1961.
- ²⁵ STEPAN, Nancy Leys. *The hour of eugenics. Race, gender and nation in Latin América*. Ithaca, Cornell University Press, 1991.
- ²⁶ BOARINI, Maria Lúcia e YAMAMOTO, Oswaldo. Higienismo e eugenia: discursos que não envelhecem. *Psicologia Revista*, v. 13, n. 1, p. 61.
- ²⁷ Ibid., p. 66.
- ²⁸ Ibid.